REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

ACESSIBILIDADE EM TRÊS PARQUES COM ÁREAS VERDES NO VALE DO RIO DOS SINOS – RS

ACCESSIBILITY IN THREE PARKS WITH GREEN AREAS IN THE VALE DO RIO DOS SINOS REGION, SOUTHERN BRAZIL

ACCESIBILIDAD EN TRES PARQUES CON ZONAS VERDES DEL VALE DO RÍO DOS SINOS – RS

Marlon Luís Lucchini
Doutor em Diversidade Cultural e Inclusão Social
Instituição: Universidade Feevale
Orcid: 0000-0002-0050-620X
E-mail: malonlucchini@yahoo.com.br

Gustavo Roese Sanfelice
Doutor em Ciências da Comunicação
Instituição: Universidade Feevale
Orcid: 0000-0003-0159-3584
E:mail: sanfeliceg@feevale.br

Jacinta Sidegum Renner
Doutora em Engenharia de Produção
Instituição: Universidade Feevale
Orcid: 0000-0002-9904-4710
E:mail: jacinta@feevale.br

Resumo

O presente estudo, caracterizado como uma pesquisa de campo descritiva, transversal, qualitativa e exploratória, objetiva analisar a acessibilidade em três parques com áreas verdes no Vale do Rio dos Sinos – RS. Também pretende reforçar a importância do lazer e da sustentabilidade ambiental, no intuito de provocar reflexões para que possa gerar melhorias e tornar esses espaços mais inclusivos. Foram identificadas as características arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais e metodológicas desses locais por meio de observação direta e sistematizada. Pesquisou-se a existência da acessibilidade nos parques, a presença de sanitários adaptados, a exclusividade de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

vagas para estacionamento, a disponibilização de aparelhos de ginástica ou brinquedos infantis para pessoas com deficiência e as condições das trilhas ecológicas acessíveis. Constatou-se que os três parques investigados carecem de infraestrutura voltada à acessibilidade, ao lazer e à sustentabilidade. Para mudar essa realidade, é fundamental mobilizar as instituições para a geração de ações em torno desse tema.
Palavras-chave: Acessibilidade; Pessoas com Deficiência; Sustentabilidade Ambiental.

Abstract

This study, characterized as a descriptive, cross-sectional, qualitative, and exploratory field research, aims to analyze and diagnose accessibility in parks with green areas in the microregion of Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul state. It also intends to reinforce the importance of leisure and environmental sustainability, in order to provoke reflections so that it can generate improvements and make these spaces more inclusive. The architectural, communicational, instrumental, and methodological characteristics of these places were identified by means of direct, systematized, and non-participant observation. The existence of accessibility, adapted toilets, parking spaces, devices, or toys for people with disabilities and ecological trails were investigated. The results showed that the three investigated parks do not have all the accessibility structures for leisure and environmental sustainability. It is essential to mobilize institutions to generate actions around this issue to change this reality.
Keywords: Accessibility; Persons with Disabilities; Environmental Sustainability.

Resumen

El presente estudio, que se caracteriza por ser una investigación de campo, descriptiva, transversal, cualitativa y exploratoria, tiene como objetivo analizar la accesibilidad en los parques con zonas verdes de la microrregión del Vale do Río dos Sinos (RS). Asimismo, pretende reforzar la importancia del ocio y la sostenibilidad medioambiental, con el fin de suscitar reflexiones que permitan hacer que estos espacios sean más inclusivos. Se identificaron las características arquitectónicas, comunicativas, instrumentales y metodológicas de estos lugares mediante observación directa, sistematizada y no participante. Se investigó la existencia de accesibilidad en los parques, la presencia de aseos adaptados, la reserva de plazas de aparcamiento, la disponibilidad de aparatos de gimnasia o juegos infantiles para personas con discapacidad y el estado de los senderos ecológicos accesibles. Se constató que los tres parques investigados carecen de infraestructuras orientadas a la accesibilidad, el ocio y la sostenibilidad. Para cambiar esta realidad, es fundamental movilizar a las instituciones para que pongan en marcha acciones en torno a este tema.
Palabras clave: Accesibilidad; Personas con discapacidad; Sostenibilidad medioambiental.

1. Introdução

Os parques são espaços que se destinam principalmente ao lazer, à recreação, aos esportes, ao turismo e à proteção de ecossistemas, podendo ser públicos ou privados. Existem vários tipos de parques, entre eles o zoológico, o aquático, o de exposições, o urbano, o natural e o ecológico. Os parques com áreas verdes integradas ao ecossistema urbano atuam como mecanismos de mitigação frente ao processo expansivo de urbanização das sociedades atuais. Portanto, além

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

da função primordial da sustentabilidade ambiental, essas áreas podem proporcionar uma importante ligação do ser humano com a natureza (Gomes, 2014; Torres et al., 2019; Santos et al., 2019).

É consenso, entre as pesquisas científicas, que frequentar parques, principalmente devido ao contato mais próximo com o sistema biológico, pode trazer benefícios físicos, sociais e culturais. Além dessas vantagens, as vivências com frequência em áreas verdes desenvolvem um sentimento de conexão com a natureza, fomentando uma mentalidade voltada à preservação ecológica. A ampliação e a diversificação de atividades planejadas nessas áreas podem produzir um efeito afetivo e, em consequência, gerar atitudes positivas no cuidado com o meio ambiente (Martins e Araújo, 2014; Raimundo e Sarti, 2016; Soares et al., 2019).

O presente estudo tem a finalidade de identificar se os espaços públicos de lazer e de proteção ambiental da microrregião do Vale do Rio dos Sinos apresentam acessibilidade e adequações necessárias para garantir a efetiva inclusão social das pessoas com deficiência, no intuito de provocar uma reflexão sobre a relação lazer – acessibilidade – ecologia – parques. A partir dos resultados encontrados, será possível levantar as necessidades desses espaços, para que possam tornar-se mais acessíveis e inclusivos às pessoas com deficiência. Portanto, foram pesquisados parques urbanos e naturais devido aos seus objetivos e finalidades, que estão relacionados principalmente com o lazer e com a sustentabilidade ambiental, temas centrais deste artigo. Os parques selecionados para a pesquisa estão de acordo com o Art. 8º, § 1º, da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama Nº 369/2006, segundo o qual precisam ser formados por uma área de bosques, matas ou florestas de domínio público, desempenhando as funções recreativas e ecológicas, propiciando o bem-estar da população e a qualidade ambiental da região, sendo compostos essencialmente por vegetação.

É importante estabelecer que um parque urbano ou natural são áreas verdes, com paisagismo ou arborização, dentro ou fora do perímetro urbano de um município. Podem ter função ecológica, de lazer e de pesquisa científica, porém com uma extensão bem maior do que as praças e jardins municipais. São considerados como um conjunto de áreas que contêm vegetação arbórea nativa e introduzida,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

arbustiva ou rasteira, conforme Gomes (2014), Macedo e Sakata (2003) e Santos et al. (2019). Esses locais contribuem para um importante papel em um município, proporcionando bem-estar e satisfação da população, por meio dos seus benefícios sociais, culturais e ambientais.

Nesse sentido, é importante retomar alguns dos principais benefícios identificados nos estudos de parques urbanos com áreas verdes. O elemento fundamental da composição desses espaços é a vegetação, sobretudo nos ambientes citados por Martins e Araújo (2014). Esses autores apresentam algumas vantagens dessas áreas de proteção ambiental ao indicarem que

> [...] a existência de parques urbanos nas metrópoles e a sua utilização, trazem inúmeros benefícios para a saúde do ser humano, como a apreciação da natureza, a reconstrução da tranquilidade, a recomposição do temperamento e também atenuante de ruídos e condicionador de microclima (Martins; Araújo, 2014, p. 38-39).

Já os parques naturais, também objeto de estudo desta investigação, são áreas de conservação e uso sustentável, localizados dentro ou fora de perímetros urbanos, protegidas por lei, com o objetivo de preservar a flora e a fauna local, propiciar a recuperação dos recursos hídricos e recuperar áreas degradadas, promovendo sua revegetação com espécies nativas. Além disso, esses locais podem incentivar atividades de pesquisa, monitoramento ambiental e educação para a sustentabilidade ambiental, bem como proporcionar um ambiente de lazer, permitindo que a população tenha um contato harmonioso com a natureza.

Instituído pela Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC rege as normas de criação, gestão e implantação de áreas naturais no Brasil, com o propósito de salvaguardar a biodiversidade, impulsionar o desenvolvimento consciente e assegurar a conservação das paisagens naturais. Dessa forma, torna-se importante compreender como a legislação brasileira define as reservas ecológicas. Nesse sentido, elas são caracterizadas como:

> Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

> pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000, p. 9).

Segundo Freitas e Magalhães (2003), os espaços de preservação ambiental, além de propiciarem a contemplação aos visitantes, desempenham diversas funções ecológicas no ecossistema. Dentre essas áreas, destacam-se os parques naturais, que, como áreas protegidas, têm por finalidade:

> [...] a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação e contato com a natureza e de turismo ecológico (Brasil, 2000, p. 16).

As vivências ambientais em parques visam promover o entendimento da interdependência dos fatores ambientais — integrando aspectos sociais, naturais, culturais e econômicos. O objetivo é preparar os participantes com conhecimentos, valores e habilidades práticas, promovendo comportamentos responsáveis voltados para a prevenção ambiental e para a melhoria com o cuidado do meio ambiente (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – Ibama, 1997).

Sob a ótica do ordenamento jurídico brasileiro, a acessibilidade configura a viabilidade de utilização de espaços e mobiliários com autonomia e segurança, priorizando o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência (Brasil, 2004). Segundo Moraes (2007), essa condição de uso pode ser garantida quando eliminarmos todas as barreiras existentes: as atitudinais, relacionadas aos preconceitos; as físicas, que dificultam o acesso aos espaços; e as informacionais, que dificultam a comunicação. Por consequência, mesmo que as pessoas com deficiência apresentem deficiência motora, visual, auditiva ou cognitiva, isso não as impede de exercerem atividades recreativas, físicas, esportivas, ecológicas e turísticas.

Ainda sobre as barreiras de acessibilidade, elas podem ser das mais sutis e imperceptíveis às mais visíveis e óbvias. As barreiras estruturais e físicas são as mais mencionadas nos estudos desenvolvidos nessa área. Sassaki (2003) classifica as barreiras de acessibilidade nos espaços de lazer da seguinte forma: as barreiras

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

arquitetônicas, em todo o trajeto a ser percorrido, desde a saída de casa até o parque; as barreiras comunicacionais, nas sinalizações e na não contratação de pessoal especializado; as barreiras instrumentais, nos vários dispositivos nos locais de visitação que ignoram possíveis limitações dos visitantes; as barreiras metodológicas, pela falta de oferta de atividades inclusivas. Partindo dessa perspectiva, para que exista um ambiente de fato livre de barreiras, de modo que qualquer pessoa possa ter plena participação e exercer seu direito de lazer, as categorias de acessibilidade aqui mencionadas precisam ser observadas.

Diante do exposto, remetendo o olhar sobre a microrregião do Vale do Rio dos Sinos, formulou-se o seguinte questionamento: Os parques urbanos e naturais são inclusivos e acessíveis para as pessoas com deficiência praticarem o lazer e a sustentabilidade ambiental?

Dessa forma, este artigo atenderá à seguinte estrutura: inicialmente, apresentam-se os procedimentos metodológicos da investigação. Em seguida, os resultados da pesquisa de campo efetuada em três parques. E, por último, as considerações finais, promovendo uma análise reflexiva sobre a necessidade de melhorias na acessibilidade, nas atividades ofertadas e na inclusão social para o lazer e a sustentabilidade ambiental.

2. Procedimentos metodológicos

A área selecionada para este estudo consiste nos parques da microrregião do Vale do Rio dos Sinos. A pesquisa mapeará as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência nos municípios definidos pelo Conselho Regional de Desenvolvimento – Corede[1]. Como critério de escolha dos parques naturais, esses espaços devem estar registrados na Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura – Sema do Estado do Rio Grande do Sul, na condição de uma Unidade de Conservação – UC, criada pela Lei nº 9.985/2000 do Sistema Nacional de Unidades

[1] O Conselho Regional de Desenvolvimento – Corede foi criado pela Lei Estadual 10.283, de 17 de outubro de 1994, e consiste em um fórum de discussão para o desenvolvimento regional e a conservação dos ecossistemas do Rio Grande do Sul.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

de Conservação – SNUC. Já como critério de escolha dos parques urbanos, essas áreas precisam ser administradas pelos governos municipais e suas respectivas secretarias do meio ambiente.

A pesquisa de campo descritiva, transversal, qualitativa e exploratória foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2022 e identificou as características arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais e metodológicas dos parques urbanos e naturais por meio de observação direta e sistematizada conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Parques, municípios, datas e tempo das observações

Parque avaliado	Município	Data da coleta (dia/mês/ano)	Duração da observação
Parque Municipal Henrique Luiz Roessler	Novo Hamburgo – RS	18/08/2022	1h 45min
Parque Municipal Getúlio Vargas	Canoas – RS	08/09/2022	1h 55min
Parque Natural Municipal Imperatriz Leopoldina	São Leopoldo – RS	29/09/2022	2h 15min

Fonte: Elaboração do autor, 2022.

A análise de dados, de cunho interpretativo, focou na compreensão das facilidades e dificuldades de acessibilidade nos espaços públicos de lazer (urbanos e naturais) da microrregião do Vale do Rio dos Sinos, explorando sua relação com a efetivação do direito ao lazer assegurado por lei. Com esse procedimento, encontraram-se as seguintes categorias de análise: acessibilidade dos parques urbanos e naturais, relacionada à mobilidade arquitetônica, subdividida em rampas e calçadas; acessibilidade instrumental e comunicacional dos espaços de lazer, relacionada a facilidades de uso e dificuldades de uso; e metodologias utilizadas através das ofertas de atividades acessíveis.

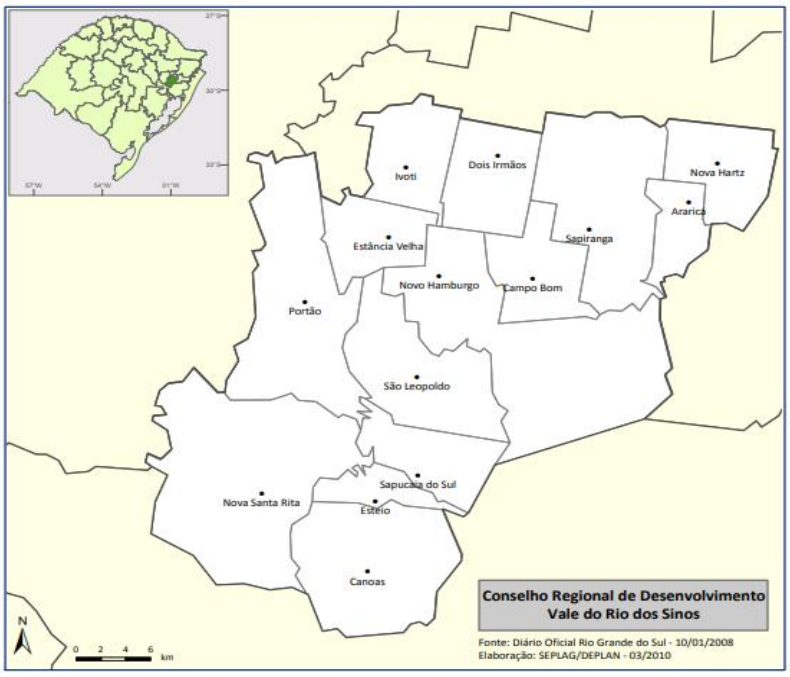
3. Visitas de campo e resultados

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

O Vale do Rio dos Sinos está situado em um local privilegiado na Região Metropolitana de Porto Alegre – RS, sendo um dos principais polos econômicos e populacionais do estado gaúcho. Conta com 14 municípios, conforme a classificação indicada pelo Corede (Figura 1). A região é cortada pelo Rio dos Sinos, nome dado a essa microrregião, formando em seu percurso um extenso e fértil vale. Em seu território, encontram-se o Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio – RS; o Parque Zoológico do Rio Grande do Sul, em Sapucaia do Sul – RS; a Unidade de Conservação Morro Ferrabraz – UC, em Sapiranga – RS; a Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Morro de Sapucaia – RPPN, em Sapucaia do Sul – RS; e a Reserva Ecológica Picada Verão, em Dois Irmãos – RS.

Figura 1: Mapa de localização dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos.



Fonte: Conselho Regional de Desenvolvimento – Corede.

Na busca por parques que estivessem nos critérios de escolha das áreas a serem investigadas, foram selecionados três parques: dois urbanos e um natural, pertencentes aos municípios de Novo Hamburgo – RS, Canoas – RS e São Leopoldo – RS.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

3.1 Parque Municipal Henrique Luiz Roessler – PMHLR

O Parque Municipal Henrique Luiz Roessler, popularmente conhecido como Parcão Figura 2, constitui a maior área de lazer do perímetro urbano de Novo Hamburgo – RS, compreendendo uma extensão de 54,16 hectares. Instituído como Unidade de Conservação – UC, por meio da Lei Complementar Municipal nº 167/1999, o espaço dispõe de um Plano de Manejo aprovado. De acordo com a Lei Federal n.º 9.985/2000, as UCs municipais estão integradas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, que atua como o pilar central para a salvaguarda da biodiversidade e a regeneração de ecossistemas degradados.

Em 2007, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul – Sema, através da Divisão de Unidades de Conservação – DUC, emitiu parecer favorável à inclusão do parque no Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC. Com base na Lei Federal nº 9.985/2000, a área foi classificada como Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, inserida no Grupo de Uso Sustentável, devido às suas características bióticas e fisionômicas

Situado em uma zona de transição entre o Pampa e a Mata Atlântica, o Parque caracteriza-se por uma notável biodiversidade resultante da interação desses dois biomas. Como Unidade de Conservação, o PMHLR tem como premissas a manutenção do ecossistema e o uso sustentável, baseando-se na conservação da natureza. Segundo o Plano de Manejo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (PMNH, 2010)[2], o sistema ambiental do parque apresenta potencialidades e fragilidades que exigem cuidados específicos, dada a riqueza e a plasticidade ecológica de seu patrimônio natural.

A visitação pública ao parque está disponível diariamente, possuindo um playground com vários brinquedos infantis, sanitários públicos conforme a Figura 2(D), quadras poliesportivas, campos gramados de futebol, academia ao ar livre, além de um amplo espaço para caminhadas em trilhas pavimentadas ou não conforme as Figuras 2(E) e 2(F).

[2] PMNH – Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, 2010. Plano de Manejo: Parque Municipal Henrique Luiz Roessler – Parcão, Novo Hamburgo/RS.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

Figura 2: Imagens da infraestrutura do Parque Municipal Henrique Luiz Roessler.



Fonte: Elaboração do autor, 2022.

Legenda: A – acesso ao parque; B – vaga de estacionamento; C – brinquedo adaptado; D – banheiro com sinalização; E – trilha com calçamento; F – trilha natural.

3.2 Parque Municipal Getúlio Vargas – PMGV

Conhecido como Capão do Corvo, o parque é um patrimônio ambiental, repleto de banhados, fauna e flora, e com múltiplas atrações. Localizado na área urbana de Canoas – RS, conta com uma área de 25 hectares, sendo uma demonstração de resistência da natureza em meio ao rápido progresso do município. Encontra-se neste parque uma das nascentes do Arroio Araçá, formando um lago natural que abastece mais dois pequenos lagos.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

A natureza é a grande protagonista do parque e, nesse sentido, o Zoológico Municipal de Canoas, mais conhecido como Minizoo, é uma das áreas mais acessadas pelos frequentadores. Criado em 2005, tornou-se referência na recuperação de espécies da fauna silvestre nativa; é um local de moradia e passagem para muitos animais.

Essa coexistência entre o urbanismo e natureza molda a experiência dos usuários do parque, consolidando-o como um refúgio essencial para a prática de esportes, lazer, caminhadas em meio à vida natural ou para a contemplação da paisagem. Possui, em sua estrutura, playgrounds conforme a Figura 3(C), campos de futebol, quadras poliesportivas, pistas de patinação e atletismo, trilhas amplas conforme a Figura 3(E), cancha de bocha, área de alongamento e academia ao ar livre.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

Figura 3: Imagens da infraestrutura do Parque Municipal Getúlio Vargas.



Fonte: Elaboração do autor, 2022.

Legenda: A – acesso de entrada ao parque e vaga de estacionamento; B – rampa de acesso ao parque; C – brinquedo adaptado; D – banheiro adaptado; E – trilha ampla; F – trilha suspensa.

3.3 Parque Natural Municipal Imperatriz Leopoldina – PNMIL

Esse parque é a primeira Unidade de Conservação – UC do município de São Leopoldo – RS. Com uma área aproximada de 700 hectares, a reserva é reconhecida pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação devido à sua relevância para o ecossistema de banhados do Rio dos Sinos, além da presença de Mata Atlântica e de uma rica biodiversidade. Conforme o Plano de Manejo Participativo (Semmam,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

2010)[3], os objetivos da unidade compreendem: a proteção do meio ambiente; a promoção do contato entre a população e a área natural; a salvaguarda de zonas de elevada importância biológica; e o fomento à visitação controlada em locais onde a integridade da biodiversidade não seja comprometida.

O Parque é uma opção para o lazer, a recreação e a prática de esportes junto à natureza em São Leopoldo – RS. As pistas de caminhadas, trilhas ecológicas, espaço de pesquisas, áreas de esportes e lazer integram esse importante espaço conforme as Figuras 4(C) e 4(D). A infraestrutura é dividida em duas partes, uma voltada para o lazer e esportes, com academia ao ar livre, quadras de futebol de areia, vôlei, pracinha infantil e canchas de bocha e outra dedicada à preservação, dispondo trilha ecológica, estação meteorológica, viveiro de plantas e Jardim Botânico.

[3] Semmam – Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 2010. Plano de Manejo Participativo: Parque Natural Municipal Imperatriz Leopoldina. São Leopoldo, RS.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

Figura 4: Imagens da infraestrutura do Parque Natural Municipal Imperatriz Leopoldina.



Fonte: Elaboração do autor, 2022.

Legenda: A – acesso de entrada ao parque; B – rampa de acesso ao banheiro adaptado; C – trilha ampla; D – trilha estreita e com obstáculos.

O PNMIL atua como unidade de pesquisa e extensão, desenvolvendo projetos no parque em parceria com a Universidade Feevale. Diferente das reservas biológicas — que são de proteção integral e uso restrito — o PNMIL possui classificação jurídica distinta, baseada no Artigo 7º da Lei Federal nº 9.985/2000, permitindo estudos e convênios com universidades da região. Essas atividades em um espaço público de lazer reforçam a necessidade de gestão democrática e acessibilidade, atendendo de forma inclusiva às diversas demandas dos visitantes.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

4. Análises e discussões

Atendendo aos objetivos deste estudo, realizou-se uma pesquisa de campo para analisar a infraestrutura e as atividades oferecidas aos visitantes. Os dados foram obtidos por meio de observações sistemáticas e estruturadas, sob uma perspectiva não participante, e complementados por registros fotográficos. Apontou-se a existência da acessibilidade, de sanitários adaptados, de vagas para estacionamento e de aparelhos de ginástica ou brinquedos infantis para pessoas com deficiência, como também das trilhas ecológicas disponíveis e acessíveis para as atividades.

Neste estudo, observaram-se os seguintes critérios de acessibilidade, subdivididos nas categorias: mobilidade arquitetônica, dispositivos instrumentais, ferramentas comunicacionais e recursos metodológicos. Na categoria mobilidade arquitetônica, verificou-se a existência de rampas ou acesso no mesmo nível do passeio público e sanitários adaptados. Destaca-se que não foram levadas em consideração as medidas de portas, sanitários e rampas, bem como ângulos de inclinação das rampas, uma vez que não foram realizadas medições.

Na categoria dispositivos instrumentais, verificou-se a existência ou não de aparelhos de exercício físico ou brinquedos infantis projetados para as pessoas com deficiência. Destaca-se que não foram avaliadas as indicações da ABNT NBR 16071[4] — norma aplicável a equipamentos de playground (brinquedos) — nem os referenciais técnicos próprios dos equipamentos de ginástica ao ar livre, uma vez que não se investigaram os critérios de segurança e usabilidade desses equipamentos. Já na categoria ferramentas comunicacionais, analisou-se a presença das estruturas de informações nos parques. Destaca-se que não se avaliou a correta adequação da sinalização de acordo com a Norma Brasileira (ABNT NBR 9050:2020) da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ao exigir

[4] A série ABNT NBR 16071 trata especificamente de equipamentos de playground (brinquedos infantis), abrangendo requisitos de terminologia, segurança, projeto, instalação, inspeção, manutenção e utilização; os equipamentos de ginástica ao ar livre demandam referencial técnico próprio, não abrangido por esta norma.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

sinalizações específicas, mapas acessíveis, pisos táteis e símbolos normativos, por esse não ser o objetivo desta pesquisa. Por fim, na categoria recursos metodológicos, avaliou-se a oferta de oficinas, projetos ou programas inclusivos nos parques, como, por exemplo, as trilhas ecológicas para todas as pessoas, atividades de lazer e paradesportos[5].

Conforme Sassaki (2003), os impedimentos de acesso, em suas várias expressões, existem em todas as áreas e nos parques isso não é diferente. Esses locais de descobertas e vivências precisam implementar a democratização de acesso para todos. Assim, a análise da mobilidade arquitetônica iniciou na entrada dos parques e seguiu até o seu interior. Os locais e a sequência escolhida dessa análise foram: o acesso de entrada; os caminhos para pedestres em direção aos sanitários, aos locais dos aparelhos de ginástica nas academias ao ar livre e aos brinquedos dos playgrounds; e o início das trilhas ecológicas.

Em ambos os locais, sendo eles o PMHLR e o PMGV, observou-se a existência de uma vaga de estacionamento para pessoas com deficiência, sinalizada adequadamente, na via pública próxima da entrada dos parques, conforme as Figuras 2(B) e 3(A), e o rebaixamento da calçada, conforme as Figuras 2(A) e 3(A) na entrada destes. Destaca-se a rampa em curva na entrada do PMGV, com corrimãos em dois níveis de altura em ambos os lados, conforme a Figura 3(B); não foram realizadas medições que permitissem avaliar a conformidade de sua inclinação e largura. Isso não foi observado no PNMIL, conforme a Figura 4(A), com a inexistência de vaga demarcada para estacionamento de veículos de pessoas com deficiência, no estacionamento ou na via pública. No PNMIL, foram identificadas barreiras relevantes no acesso, no estacionamento e em determinados percursos, o que compromete a autonomia de diferentes grupos de usuários. Referente à acessibilidade, essas observações explicitadas corroboram as considerações de Cassapian e Rechia (2014), que afirmam que a literatura evidencia uma carência de

[5] Segundo a Secretaria Nacional de Paradesporto – SNPAR, criada em 20/05/2020, o conceito de paradesporto é bastante amplo e engloba todas as manifestações da prática de algum esporte por uma pessoa com deficiência, independente da modalidade ou nível da deficiência.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

espaços públicos de lazer para as pessoas com deficiência nas diferentes cidades do Brasil.

Observou-se que os caminhos que direcionam para o início das pistas de caminhadas e trilhas ecológicas do PMHLR e do PNMIL são amplos na largura, com a superfície estável e nivelada. Destaca-se que o PMGV não possui trilhas ecológicas para explorar, não tendo atividades com esse fim, mas possui algumas pistas de caminhadas, uma das quais atravessa a mata, conforme a Figura 3(E). Há um investimento maior no Minizoo, localizado nesse parque, com atividades de manejo para conservação da fauna silvestre, tendo o objetivo de fazer a sociedade refletir e aprender a lidar com a convivência pacífica e sustentável com os animais.

No PMHLR, merece destaque a pista de caminhada, por ser totalmente ampla e pavimentada, conforme a Figura 2(E). Ainda nesse parque, encontram-se algumas trilhas ecológicas, conforme a Figura 2(F). Não obstante a presença de sinalização orientativa no acesso, constatou-se a inexistência de alertas visuais ou táteis sobre as irregularidades do solo e a obstrução do percurso por vegetação e elementos arbóreos. O mesmo ocorre nas trilhas ecológicas do PNMIL, conforme a Figura 4(D). O caminho é constituído por terra compactada, apresentando acúmulo de galhos, folhas e exposição de raízes de plantas, o que confere irregularidade ao terreno. Nesse último parque, conforme a Figura 4(C), verifica-se a existência de uma pista de caminhada com a superfície nivelada e com a largura ampla nesse trecho.

Ao analisar a acessibilidade dos dispositivos instrumentais dos parques no intuito de que os recursos sejam usados com equidade e por todos na superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas para as vivências de lazer e recreação nesses locais, observaram-se os espaços de entretenimento e ginástica. Sendo assim, eliminar barreiras desses espaços significa democratizar o lazer, no sentido de estar ligado à superação de uma prática funcionalista ou assistencialista dessas atividades, que consiga promover a cidadania e a participação cultural (Marcellino, 2007); ou seja, eles precisam ser acessíveis a todos e estar em condições de uso. Dessa forma, apesar de todos os três parques investigados possuírem academias ao ar livre, em nenhum deles foram encontrados aparelhos acessíveis, o que levanta a reflexão de que a prática de exercícios físicos regulares

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

não é algo somente para aqueles que não possuem deficiência, já que também é imprescindível para a interação social e a reabilitação física desse grupo de cidadãos.

Quanto à questão dos brinquedos adaptados nos playgrounds, destaca-se a importância destes, principalmente para as crianças, ao possibilitar a participação social visando à autonomia e à inclusão. Batista et al. (2018) reconhecem, em seu estudo, a importância dos parques infantis na vida da criança e defendem que esses espaços devem ser planejados de forma inclusiva, de modo a atender às necessidades de todos os usuários. Reforça-se que, segundo a norma ABNT NBR 9050:2020 (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, 2020), brinquedos e espaços só são considerados acessíveis se permitirem o uso autônomo e seguro por qualquer pessoa, incluindo pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Assim, permite-se que a criança com deficiência tenha a oportunidade de vivenciar experiências, minimizando os impedimentos e inserindo-as em espaços que favoreçam o seu desenvolvimento.

No PMHLR, foi encontrado um balanço adaptado, com identificação para usuários de cadeira de rodas, por meio do símbolo internacional, conforme a Figura 2(C). Apesar da sua existência, verificou-se que o brinquedo está inutilizado, estando no solo e sem as correntes que o sustentam no ar para ser balançado. E, no PMGV, também foi encontrado um balanço adaptado, sem identificação e em funcionamento, conforme a Figura 3(C). Por estar em uma área com o piso de areia, sabe-se que esse material dificultaria a chegada de um usuário de cadeira de rodas até o brinquedo, assim como a inexistência de uma rampa também impede que a cadeira de rodas possa ser posicionada nele. Por fim, no PNMIL, apesar de possuir um playground, não foram encontrados brinquedos acessíveis.

Em relação aos banheiros, observaram-se diferentes situações nos parques pesquisados, embora todos possuam locais adaptados, estando disponibilizados da mesma forma: um banheiro masculino, um banheiro feminino e um banheiro unissex para pessoas com deficiência. O banheiro adaptado do PMHLR, conforme a Figura 2(D), encontra-se em funcionamento, identificado com o símbolo internacional de acesso, um pictograma branco sobre fundo azul. No PMGV, também se encontrou o

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

banheiro em funcionamento, de acordo com a Figura 3(D). Aqui, o símbolo utilizado para identificar o acesso não corresponde ao modelo recomendado. Isso não ocorre no PNMIL, conforme a Figura 4(B), já que o banheiro se encontrava trancado e inutilizado, sem identificação de acesso, servindo para outros fins que não o seu próprio uso pelas pessoas com deficiência.

Nos banheiros adaptados, aos quais se teve acesso ao seu interior, o do PMHLR e o do PMGV, pôde-se observar que as áreas de circulação destes são amplas, o que permite a realização das manobras de transferência. Ademais, observaram-se lavatórios rebaixados, barras de apoio junto ao lavatório, bacia sanitária e acionamento de descarga; suas dimensões e posições não foram aferidas, uma vez que a medição não integrou os objetivos desta pesquisa. Apesar de não terem sido objetivos desta pesquisa a medição e as aferições dos acessos, destaca-se que todos os equipamentos e respectivas dimensões exigidas pela norma ABNT NBR 9050:2020 são fundamentais para as pessoas com deficiência, assim como o piso tátil é indispensável para direcionar os usuários com deficiência visual até o sanitário e a pia.

Nos itens sobre acessibilidade das ferramentas instrumentais e da mobilidade arquitetônica nos parques, objetos de estudo analisados neste trabalho e embasados na norma ABNT NBR 9050:2020, evidencia-se que toda vez que esses locais possuírem pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados, estes precisam ser acessíveis. Vieira (2015) ressalta que o fortalecimento das fiscalizações contribuiria para a efetivação das regras de acessibilidade. Ademais, a norma estabelece que, em áreas de preservação, deve-se buscar o nível máximo de acessibilidade aliado ao mínimo impacto ambiental nas intervenções realizadas. Nesse quesito, o PNMIL apresenta pouquíssima intervenção no meio ambiente, uma vez que é um dos maiores parques naturais do Brasil, considerado área de proteção ambiental situado em uma zona urbana.

As estruturas atuais dos parques, apesar dos problemas e das barreiras identificadas, podem facilmente ser adequadas às necessidades das pessoas com deficiência. Paulatinamente, esses locais têm passado por muitas reformas e manutenções. No entanto, nota-se que as intervenções visando à acessibilidade são

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

pontuais, como, por exemplo, a introdução de sanitários, brinquedos e estacionamentos adequados para o público-alvo deste estudo, não se estendendo a todos os parques. Klein e Grigoletti (2021) destacam, em seus estudos, que avaliações permanentes de acessibilidade são importantes para o contínuo aperfeiçoamento de normas e legislações específicas voltadas às necessidades das pessoas com deficiência e que estas deveriam ser aplicadas pelo poder público de forma periódica. Nesse viés, é basilar o desenvolvimento de um planejamento que incluísse um projeto coerente com as normas oficiais existentes, que pudesse ser implantado, mesmo que a médio e longo prazos, em todos os parques.

Ao abordar a acessibilidade dos recursos metodológicos, identificou-se que as visitações aos parques acontecem através de diferentes formas: livre e autoguiada para o público em geral; mediante agendamento com acompanhamento dos monitores; ou através de atividades programadas pelo próprio parque, como é no caso do PMHLR, que desenvolveu, em 2022, a 3ª edição da Trilha Ecológica, organizada pela Diretoria de Proteção Ambiental – DPA da Secretaria de Meio Ambiente de Novo Hamburgo – RS. Destaca-se que essa atividade foi aberta para a participação livre de todos e que teve o tempo aproximado de 40 minutos, sendo orientada por educadores ambientais. O objetivo principal dessa programação foi possibilitar aos visitantes o conhecimento da diversidade biológica do Parque, reconhecendo-o como um local de preservação e rico em biodiversidade.

Outra iniciativa identificada com trilhas ecológicas foi a do PNMIL, organizada pelo Centro Permanente de Educação Ambiental – CEPA, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São Leopoldo – RS. A ação consiste na promoção de passeios ambientais agendados em percursos de 1300 metros, onde os visitantes conhecem um pouco da fauna e da flora local, bem como os fluxos ecossistêmicos, em especial relacionados com as dinâmicas das águas do Rio dos Sinos e a sua interação com o Parque. Nesse viés, também pode ser analisada a acessibilidade comunicacional, considerando a presença de pessoal especializado e a oferta de atividades inclusivas destinadas ao atendimento de pessoas com deficiência.

Em concordância com Marcellino (2002), o esforço da inclusão social não pode depender unicamente da disponibilização de equipamentos e mobiliários

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

acessíveis; eles são importantes e sua difusão é necessária. A ação precisa abranger a conservação dos instrumentos já existentes, sua divulgação e incentivo. Além disso, o autor destaca a utilização dos parques por meio de programas e políticas públicas inclusivas, como também a preservação e a revitalização das áreas verdes urbanas, oportunizando o acesso a esses lugares às pessoas com deficiência, que, em muitas vezes, são desfavorecidas devido às barreiras informacionais, atitudinais e urbanísticas. Esses entraves colocam mais obstáculos à sua participação do que as próprias limitações funcionais. Dessa forma, a deficiência em si não é o maior fator das dificuldades em frequentar os parques; na maioria das vezes, é a falta de adequação dos espaços.

Limitações do estudo: trata-se de um diagnóstico observacional exploratório, de caráter não participante, restrito a três parques (PMHLR, PMGV e PNMIL) e às condições registradas em agosto e setembro de 2022, que podem ter sido modificadas posteriormente. Não foram realizadas medições dimensionais de portas, rampas, sanitários, inclinações ou sinalização; assim, os achados descrevem barreiras visualmente observadas e não constituem auditoria de conformidade à ABNT NBR 9050:2020. O estudo também não incorporou a perspectiva de pessoas com deficiência como participantes, consultoras ou avaliadoras, de modo que as considerações sobre uso e autonomia derivam das condições observadas, e não do relato dos próprios usuários.

5. Considerações finais

Tornar a acessibilidade um compromisso comum é urgente, especialmente quando falamos em planejar e gerir serviços públicos. Os parques urbanos e naturais comprometidos com a conservação ambiental possuem importantes metas, como, por exemplo, contribuir na educação para a sustentabilidade ambiental e proporcionar espaços de lazer, esportes, cultura e turismo.

Dessa forma, as adequações nesses espaços podem ser compatíveis com a legislação ambiental, o entretenimento e o bem-estar. Os parques pesquisados destacam-se na preservação ambiental, na promoção da consciência ecológica, na

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

recreação e nas atividades físicas, mas precisam receber melhorias, para possibilitar o uso desses locais também pelas pessoas com deficiência, aumentando a autonomia e a segurança dos diferentes usuários.

Os resultados obtidos evidenciaram que os parques investigados neste estudo não apresentam todas as estruturas de acessibilidade previstas pela ABNT NBR 9050:2020. Nos três parques investigados, foram identificadas barreiras e insuficiências visíveis — elementos danificados, inutilizados ou inexistentes referentes a rampas, banheiros, sinalização, aparelhos de ginástica, brinquedos adaptados e estacionamento —, o que indica a necessidade de auditoria técnica detalhada segundo a ABNT NBR 9050:2020 e demais normas aplicáveis.

Verificou-se também que a maioria dos equipamentos e acessórios acessíveis existentes nesses locais beneficia unicamente as pessoas com deficiência física e não contempla, por exemplo, as pessoas com deficiência visual. Pode-se concluir que as diferentes deficiências são abordadas de forma isolada, apesar do uso simultâneo desses espaços por pessoas com diferentes necessidades. Intervenções isoladas, sem continuidade de rota e sem atendimento às diferentes necessidades, produzem uma acessibilidade fragmentada e mantêm barreiras para parte dos usuários, privando grupos específicos de participar plenamente de atividades recreativas e educativas voltadas à sustentabilidade ambiental.

Os itens de acessibilidade analisados e organizados em quatro categorias neste estudo indicaram que, nos três parques investigados, as adequações voltadas à acessibilidade se mostraram pontuais e fragmentadas, sem contemplar a diversidade de necessidades dos usuários nem a sua efetividade para a inclusão social. Também é imprescindível destacar que as crianças, os idosos e as pessoas com mobilidade reduzida compõem o grupo da população que mais necessita desses espaços inclusivos, uma vez que frequentemente enfrentam as barreiras sob todas as formas, muitas vezes, decorrente do descomprometimento com a sua participação na sociedade.

Para mudar essa realidade, é fundamental mobilizar as instituições governamentais e não governamentais para a criação de ações em torno desse tema. Propõe-se, a partir desta pesquisa, primeiramente, dialogar com os maiores

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

interessados pelo assunto, ouvindo as pessoas com deficiência sobre as suas sugestões a respeito dos possíveis caminhos para enfrentar, efetivamente, os desafios e articular soluções para a mitigação de barreiras no usufruto do lazer, esportes, turismo, cultura e ecologia.

A acessibilidade torna as cidades melhores para todos, ao garantir que as pessoas com deficiência, com dificuldade de locomoção, idosos e gestantes possam frequentar os espaços com autonomia e segurança no dia a dia. Apesar de ser uma exigência legal, está longe de ser observada nos diferentes lugares. O grande desafio dos órgãos administradores é colocar em prática as normas que existem e, por muitas vezes, são esquecidas. A implementação efetiva destas regras na prática poderia figurar como prioridade da administração pública, visando garantir a plena acessibilidade em todos os ambientes. Como a maioria dos parques nos municípios está situada na zona urbana e recebe muitos visitantes, tornando a realidade mais complexa, espera-se que essas áreas tenham condições adequadas de atender a seus cidadãos. Reconhece-se a existência de um longo percurso adiante, o qual se pretende que seja plenamente acessível.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NORMA BRASILEIRA (NBR 9050)**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: https://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf. Acesso em: 03 out. 2022.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 03 out. 2022.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 05 out. 2022.

BATISTA, M. de J.; ASSIS, K. C. R.; KOHLER, A. S. dos S.; GALVÃO, N. de C. S. S. Parque Infantil: Protótipo de Balanço para Criança com Deficiência Física. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Anais eletrônicos [...]** Alagoinhas/BA: ENEDS, 2018. v. 15 n. 1. P. 1-7. Disponível em: https://anais.eneds.org.br/index.php/eneds/article/view/454/413. Acesso em: 3 out. 2022.

CASSAPIAN, M. R.; RECHIA, S. Lazer para todos? Análise de acessibilidade de alguns parques de Curitiba, PR. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 25-38, 2014. Disponível em: https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/559. Acesso em: 06 out. 2022.

FREITAS, W.K.; MAGALHÃES, L. M. S. Análise das preferências paisagísticas dos visitantes do Parque Nacional da Tijuca-RJ. **Revista Brasileira de Conservação e Natureza**, Goiás, v.1, n.2, p.33-38, 2003.

GOMES, M. A. S. G. Parques urbanos, políticas públicas e sustentabilidade. **Revista Mercator**, Ceará, v. 13, n. 2, p. 79-90, mai./ago. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mercator/a/jRjDjF4pBgZ4BVZNprVDRLy/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 out. 2022.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Educação ambiental**: as grandes orientações de Tbilisi. Brasília, 1997. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/educacaoambientalasgrandesdiretrizesdaconferenciadetblisidigital.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

KLEIN, P.; GRIGOLETTI, G. C. Acessibilidade espacial de deficientes físicos, visuais e idosos em parque público. **PARC – Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v. 12, 2021. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8660648. Acesso em: 10 out. 2022.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Associados, 2002.

MARTINS, R. T. P.; ARAÚJO; R. de S. Benefícios dos parques urbanos. **Revista Perspectivas Online**: Humanas e Sociais Aplicadas, Campos de Goytacazes, v. 10, n. 4, p. 38-44, 2014. Disponível em: https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/541. Acesso em: 06 out. 2022.

MORAES, M. C. de. **Acessibilidade no Brasil**: Análise da NBR 9050. 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/30371587.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

RAIMUNDO, S.; SARTI, A. C. Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v. 6,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27

n. 2, p. 3-24, 2016. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/2791/2063. Acesso em: 06 out. 2022.

SASSAKI, R. K. **Inclusão no lazer e turismo**: em busca da qualidade de vida. São Paulo: Áurea, 2003.

SANTOS, T. B.; NASCIMENTO, A. P. B. do; REGIS, M. de M. Áreas verdes e qualidade de vida: uso e percepção ambiental de um parque urbano na cidade de São Paulo, Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 8, n.2, p. 363-388, 2019. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/14734. Acesso em: 17 out. 2022.

SOARES, A.; MACHADO, F.; GULARTE, Y.; BORGES, D. V. B. Importância dos parques urbanos para promoção da qualidade de vida dos indivíduos. **Revista Disciplinarum Scientia**, Santa Maria, v. 15, n. 2, p. 243-257, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumSA/article/view/2746. Acesso em: 10 out. 2022.

TORRES, V. S.; ALMEIDA, C. C. O.; PEREIRA, K. C. P.; NECKEL, A. Espaços (públicos) livres urbanos: a importância dos parques (de lazer) urbanos. **Administração de Empresas em Revista**, Curitiba, v. 4, n. 18, out./dez, 2019. Disponível em: http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/2358. Acesso em: 10 out. 2022.

VIEIRA, A. F. R.; CALVACANTI, A.; ALVES, A. L. O direito de ir e vir: a acessibilidade do transporte público. **Caderno Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 23, n. 4, p. 777-780, 2015. Disponível em: https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/0104-4931.ctoAO505A. Acesso em: 06 out. 2022.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 30/07/2026
Vol: 13.07
DOI: 10.66104/dhkx8f41
Pages: 1-27